

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO SETOR DE LICITAÇÕES DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA- PR**

PREGÃO ELETRÔNICO 18/2025

FANCAR DETROIT LTDA., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 05.677.629/0006-07, com sede na Rua Jorge Alves Ribeiro, nº 600, Bairro Conradinho, na cidade de Guarapuava - PR, representada por **ANA PATRICIA RICHARD**, brasileira, solteira, vendedora de veículos, portadora da Carteira Nacional de Habilitação registro sob nº 04361344710 expedida pelo Detran/PR em data de 20/01/2023, Carteira de Identidade R.G. nº 97880131-SESP-PR e inscrita no CPF/MF nº 061.123.129-80, residente e domiciliada na cidade de Guarapuava/PR à Rua José Vicentim, nº 535, Bairro Primavera, Cep: 85.050-240, vêm, respeitosamente, com fundamento no artigo 164 da Lei 14.133/2021, oferecer,

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas, requerendo para tanto sua apreciação, julgamento e admissão:

1. TEMPESTIVIDADE.

Inicialmente, comprova-se a tempestividade desta impugnação, dado que a sessão pública eletrônica está prevista para 01/04/2025, e o prazo para exercer o direito de impugnar os termos do edital de licitação decai no terceiro dia útil anterior ao previsto para o evento .

Outrossim, demonstrado o requisito da tempestividade, deve a impugnação ser plenamente conhecida e após, analisada, julgada procedente.

Sendo assim, cumpre a esta administração analisar as razões da impugnação e decidi-la no prazo de até 24 horas do oferecimento da impugnação, sob pena de macular todo o certame e invalidá-lo.

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

A presente licitação tem por objeto a aquisição de:

AQUISIÇÃO DE UM VEICULO NOVO, ZERO KM, AMBULÂNCIA DE SUPORTE BÁSICO – TIPO “B”, ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO DA DATA DA ENTREGA VEÍCULO 2025/2026, EM ATENDIMENTO A QUALIFICAÇÃO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, VISANDO O INCENTIVO FINANCEIRO DE INVESTIMENTO PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO, NA MODALIDADE FUNDO A FUNDO, PARA O EXERCÍCIO DE 2025, RESOLUÇÃO SESA N.º 1.699/2024

3. CONSIDERAÇÕES

3.1. DA LIMITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA

Inicialmente, é importante destacar que, com o objetivo de evitar a posterior declaração de nulidade do certame, se faz necessário oferecimento da presente impugnação no intuito de ver corrigidos e/ou suprimidos critérios excessivamente restritivos ou ilegais cometidos pela Administração extrapolando o disposto na legislação vigente.

Cumprido esclarecer que em caso de descumprimento desses preceitos pelo instrumento convocatório, a licitante que se sentir lesada ou impedida de participar do certame por restrições incabíveis, falhas ou vícios do edital, deverá impugnar o referido instrumento conforme previsto no artigo 164 da Lei 14133/2021.

A IMPUGNANTE, tradicional e conceituada empresa apta a fornecer os veículos objeto da presente licitação e pretendendo participar do certame em epígrafe, analisou o Edital, e constatou flagrante restrição à competitividade, diante do excesso de características exigidas para o veículo tipo van descrito no TERMO DE REFERENCIA, dentre elas: medida de pneu, mínimo 2.3 cilindradas, tração dianteira, entre-eixos mínimo 4.035mm, capacidade de combustível mínimo 90l e capacidade de 13,0 m³.

Para um edital de licitação do tipo menor preço, o principal requisito do bem licitado deve ser a economia para o Município. Desde que seja novo, OKM, as características acima ressaltadas tornam-se irrelevantes.

As regras da licitação, determinadas no Edital, devem permitir a participação do maior número possível de participantes, impondo somente as condições necessárias para que as propostas se adequem às necessidades da Administração Pública.

Todavia, tal como descritas no edital, com delimitação excessiva de características, restringem os limites da concorrência, fazendo com que apenas uma fatia pequena do mercado possa participar do certame.

A descrição pormenorizada do veículo, seja ela qual for, não apenas exclui algumas marcas de participar do pregão, como também representa violação ao princípio da competição, maculando o processo licitatório diante de flagrante direcionamento para certas

Ao exigir referida especificação, o Edital cerceia a competitividade e a concorrência. A Ford Motor Company do Brasil Ltda fornece veículo que atende a todas as demais exigências do edital, mas que não consegue atender especificamente às exigências acima destacadas, pois seu veículo possui pneus com as especificações determinadas pela fabricante, motor 2.0 cilindradas, tração traseira, distancia entre eixos de 3700mm, tanque de combustível de 70 l, e capacidade de 13,4m³. **Referidas características, não implicam em qualquer diferenciação para o produto licitado, que continuará tendo o mesmo desempenho e segurança, desenvolvendo as mesmas atividades exigidas para o equipamento, isto é, exatamente a mesma finalidade.**

É incontroverso que a montadora de cada veículo é responsável por definir a medida do pneu que melhor se adapta ao veículo por ela fabricado, garantindo-lhe melhor segurança e desempenho.

Exigir medida de pneu, seja ela qual for, não apenas excluir algumas marcas de participar do pregão, como também representa violação ao princípio da competição, maculando o processo licitatório diante de flagrante direcionamento para certas marcas.

A exigência de cilindrada mínima 2100 cm³ fere o princípio da razoabilidade, pois inexistente justificativa para que os veículos adquiridos para utilização do Município tenham necessariamente que ser equipados essa exata característica.

Esta administração deve considerar também que com o avanço da tecnologia e a nova dinâmica na criação dos motores dos veículos, é inadmissível que exijam a potência do motor em cilindradas, uma vez que a cilindrada deixou de ser sinônimo de maior potência. Atualmente temos alguns veículos com motor 1.0L com potência igual ou superior de outros com motor 1.4L.

Destaca-se que os motores modernos possuem menor capacidade em cilindradas e maior potência, o que resulta em um menor consumo de combustível e gera menos poluição. Ao contrário do que se verifica no edital ora impugnado, a qualidade, a potência, a economia e baixo nível de poluição, devem estar entre os requisitos principais para aquisição de veículos pela administração pública.

Um grande exemplo desta situação é o veículo tipo Van fabricado pela Ford Motor Company Ltda, que embora possua 2000 cilindradas, é muito mais potente que das marcas Renault e Fiat que possuem motor 2.3, pois o veículo da Ford possui 170 cavalos de potência.

Outro ponto que merece ser reformado no edital em análise diz respeito à exigência de tração dianteira. O site de notícias automotivas, endereço no rodapé¹, descreve as principais vantagens de um veículo com tração traseira:

“Algumas vantagens dela estão na possibilidade de realizar manobras esportivas, oferecer um melhor equilíbrio, desgaste mais uniforme dos pneus e a melhor divisão do peso. Além disso, ainda tem a possibilidade de uma potência maior e facilidade para rebocar o veículo.”

Bem como, as desvantagens da tração dianteira:

“o desgaste com os pneus da frente é grande. É necessário também realizar o rodízio dos pneus para equilibrar o desgaste entre os eixos. Possui uma má distribuição do peso e pior controle em velocidade.”

Ainda, no quesito segurança, a tração traseira é a mais segura, já que há mais controle do carro em caso de derrapagens. A tração dianteira é menos eficiente para subir ladeiras com pouca aderência em relação à traseira, pois o peso do carro ajuda a dar mais peso nas rodas de trás, aumentando a sua pressão ao solo.²

Requer que seja acatado este recurso a fim de aceitar veículo com tração dianteira ou traseira.

O Edital ora impugnado exige que o veículo licitado possua “tanque com combustível mínimo 90 litros”. Fato é que a capacidade do tanque de combustível de um veículo não prejudica ou altera a qualidade e destinação do produto fornecido, inexistindo prejuízos para administração caso adquira veículo com menor capacidade do tanque.

O veículo produzido pela fabricante Ford Motor Company Ltda, possui tanque de combustível com capacidade de 71 litros, ou seja, de poucos litros a menos que o exigido, no entanto, todas as outras características do veículo são superiores àquelas exigidas no edital, o que torna mais eficiente e com menor consumo, superando o desempenho das demais marcas, mesmo que tenham um tanque maior.

Da mesma forma irrelevante a exigência de capacidade mínimo 13m³ e distancia mínima entre eixos 4035mm, a manutenção das referidas exigências prejudica demasiadamente o Município, tornando-as abusivas por cercear a participação de diversos licitantes. *In casu*, a discricionariedade na escolha dos itens de especificações técnicas não encontra respaldo no interesse público. Isso porque, as especificações técnicas acabam por restringir o número de licitantes.

O rigorismo na especificação fica claro, limitando as empresas que participarão do certame levando a um direcionamento

¹ <https://www.noticiasautomotivas.com.br/tracao-traseira-x-dianteira-vantagens-e-desvantagens>

² Site: www.brasildakar.com.br

defeso em lei e que seguramente tratá prejuízos aos cofres públicos, devendo ser aceita a presente impugnação a fim de regularizar o edital. Assim, o edital alcançara maior número de empresa possíveis para participar com isso gerar competitividade e melhor preço e qualidade para o órgão.

Não é crível que referidas exigências, excluam alguma licitante da participação do certame. **A alteração da descrição do bem, apenas ampliará perfeitamente as opções de concorrência, garantindo assim a efetividade dos princípios que regem a licitação juntamente com a administração pública.**

Portanto, não é possível concordar com tais descrições do objeto, haja vista que afasta da concorrência veículos melhores e com preços mais competitivos, cerceando a concorrência e a isonomia, características essenciais do processo licitatório, razão pelas quais deve ser acatada a presente impugnação e alterado o edital, **a fim de adaptar tais exigências passando a constar pneus conforme especificações da fabricante; motor mínimo 2,0 cilindradas, tração dianteira ou traseira, distancia mínima entre-eixos de 3.700mm, tanque de combustível com capacidade mínima 70l e capacidade mínima de 12,4m³, permitindo um maior número de participantes.**

O princípio da competição relaciona-se à competitividade, às cláusulas assecuratórias da igualdade de condições a todos os concorrentes. O princípio da livre concorrência está garantido na Constituição Federal, no inciso IV do art. 170. Incontroverso, portanto que legislação vigente reprime o abuso do poder econômico que vise à denominação dos mercados e a eliminação da concorrência, a lei e os demais atos normativos não podem limitar a competitividade na licitação.

Qualquer cláusula que favoreça, limite, exclua, prejudique ou de qualquer modo fira a impessoalidade exigida do gestor público poderá recair sobre a questão da restrição de competição. Conforme o Tribunal de Contas, não se admite a discriminação arbitrária na seleção do contratante, sendo insuprível o tratamento uniforme para situações uniformes, tendo em vista que a licitação se destina a garantir não só a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, como também a observância do princípio constitucional da isonomia. Acórdão 1631/2007 Plenário (Sumário).

Impedir que participem deste certame marcas que possuem veículo compatível com todas as características exigidas, mas que não se enquadram na descrição exata do edital, sem contudo, afetar seu desempenho e finalidade, ultrapassa o disposto no artigo 37, XXI, da Constituição Federal, violando os princípios da isonomia, da ampla competitividade nas licitações, bem como obediência ao princípio da legalidade. A competitividade é um valor a ser perseguido nas contratações públicas. Neste sentido, a Constituição Federal inadmite a contemplação de cláusulas restritivas à participação dos interessados em seu art. 37, XXI:

“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**“

O caráter competitivo também é positivado na Lei nº 14.133/2021 que assim dispõe:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Parágrafo único. A alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no caput deste artigo, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer

outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

III - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

Todos os dispositivos do instrumento de licitação, devem ser interpretado à luz do princípio da isonomia. Tal interpretação não proíbe a diferenciação entre os concorrentes, pois essa irá ocorrer naturalmente com a seleção da proposta mais vantajosa à administração pública, especialmente por se tratar se pregão por menor preço.

A verdadeira aplicação deste princípio é a vedação de qualquer discriminação arbitrária que gere desigualdade em proveito ou detrimento de alguém, como se verifica neste caso. Portanto, **a obrigação da Administração Pública, não é apenas buscar a proposta mais vantajosa, mas também demonstrar que concedeu a todos os concorrentes aptos a mesma oportunidade.**

O Insigne Ministro Eros Grau, do STF, descreve com clareza o princípio da isonomia perante os processos licitatórios, IN VERBIS:

"A licitação é um procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia. Está voltada a um duplo objetivo: o de proporcionar à Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso - o melhor negócio - e o de assegurar aos administrados a oportunidade de concorrerem, em igualdade de condições, à contratação pretendida pela Administração. Imposição do interesse público, seu pressuposto é a competição.

Procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia, a função da licitação é a de viabilizar, através da mais ampla disputa, envolvendo o maior número possível de agentes econômicos capacitados, a satisfação do interesse público.

A competição visada pela licitação, a instrumentar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, impõe-se seja desenrolada de modo que reste assegurada a igualdade (isonomia) de todos quantos pretendam acesso às contratações da Administração." (STF - ADI n.º 3.070-RN).

No presente caso é flagrante a desigualdade de condições impostas no edital de licitação, na medida que apenas uma marca do segmento preenche todas as exigências impostas pelo ente público. Por conseguinte, suprimem a concorrência e a competitividade, inerentes ao processo licitatório, em detrimentos dos cofres públicos.

A fim de salvaguardar o caráter competitivo das licitações, ao fixar as qualificações técnicas atinentes à contratação, as exigências cabíveis são aquelas indispensáveis ao cumprimento do contrato, sob pena de violação do princípio da competitividade.

Sendo assim, as cláusulas inseridas no edital licitatório que prejudicarem o caráter competitivo da licitação serão tidas como inválidas, desafiando a anulação do ato e suspensão do certame. Neste sentido, é a ementa do julgado contido no Informativo de Jurisprudência do TCE/SC. Nº 14, "Licitações e Contratos", período de 01 a 31 de julho de 2015.

Recurso de Reexame. Competência do TCE. Poder sancionador. Pregão presencial. Cláusula restritiva. Exigência de especificações técnicas exclusivas de uma marca. Direcionamento da licitação. Multa. Prefeitura Municipal de Lebon Régis. 8

(...) Sobre a inserção de cláusula restritiva, consubstanciada na exigência de especificações técnicas exclusivas de uma marca, configurando o direcionamento da licitação, sustentou o Relator que "É vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, ou cujo objeto inclua bens serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas." **REC-13/00439820**. Rel. Aud. Cleber Muniz Gavi. No mesmo sentido, aplicando penalidade pela indicação da marca em Pregão Presencial e outra pelo não cumprimento do prazo mínimo de 08 dias úteis de publicação do aviso do Edital: **TCE-12/00013490**. Rel. Cons. Wilson Rogério Wan-Dall.

Qualquer exigência qualitativa ou quantitativa que, de algum modo, sob qualquer ângulo, restrinja a competitividade deve ser rechaçada. Assim como demasiada intromissão estatal quanto às regras de competição, a tornará restritiva, acarretando favorecimentos ou mesmo a quebra dos mencionados princípios.

A Administração deve, sempre, decidir em favor da ampla concorrência, posto que a ampliação da disputa não significa estabelecer quaisquer condições para a disputa, mas, analisar, sempre que possível, a proporcionalidade das exigências para uma dada contratação. Não poderá estabelecer tão somente condições genéricas, até porque cada bem e serviço possui a sua peculiaridade. Mas a exigência demasiada, que figure desproporcional, deve ser rechaçada.

Desta feita, considerando que o princípio da ampliação da disputa norteia o processo licitatório, é com o intuito de ampliar a competitividade do certame, bem como priorizar a qualidade do mesmo, sendo o Município atendido com igual ou melhor qualidade e efetividade, que a ora Impugnante, pugna pela alteração do edital conforme requerimento abaixo.

4.DOS REQUERIMENTOS

Diante das razões expostas, a IMPUGNANTE, vem respeitosamente a esta Douta Comissão de Licitação, requerer que seja dado provimento a

presente impugnação, modificando o edital **a fim de adaptar tais exigências passando a constar pneus conforme especificações da fabricante, motor mínimo 2,0 cilindradas, tração dianteira ou traseira, distancia mínima entre-eixos de 3.700mm, tanque de combustível com capacidade mínima 70l e capacidade mínima de 12,4m³, permitindo um maior número de participantes.**

Resta comprovado que o instrumento convocatório em questão, no teor em que foi publicado, carece de modificações a fim de garantir a ampla e justa concorrência. Assim, espera a Impugnante o acolhimento e provimento da presente IMPUGNAÇÃO, a fim de que se corrija o procedimento licitatório, na forma da lei, passando o Edital a observar as previsões legais para a categoria, a perfeita definição do objeto, previsão de critérios objetivos, bem como requisitos de habilitação em estrita observância do estabelecido em Lei e na Constituição Federal, tudo consoante acima argumentado. Que caso a Comissão não entenda assim, que o processo seja encaminhado a Autoridade Superior para apreciação, como determina o art. 165, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, devidamente informados pelos motivos de sua recusa. Será apresentado cópia desta impugnação em instâncias superiores, a fim de que seja mantido o que melhor atenda a necessidade da administração, sem nenhum tipo de direcionamento e privilégio para qualquer licitante.

Nestes termos, pede e aguarda deferimento.

Capanema 19/03/2025

FANCAR DETROIT LTDA